Nº 99 JULHO/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

UNE mudar o rumo dos ventos

Págs. 18 e 19

Congresso da Articulação de Esquerda

Editorial pág. 2

Carajás e Tapajós: o que está em jogo no Pará?

Pág.6

Entrevista com a deputada Ana Lúcia (PT-SE)

Págs. 10 a 12

EDITORIAL

A última semana de julho de 2011 será bastante intensa para os militantes da Articulação de Esquerda.

No dia 23 de julho, sábado, terá início mais uma Jornada de Formação, com o **Curso 1, Estudo das Resoluções da AE**.

No dia 28 de julho, quinta-feira, ocorrerá a abertura conjunta de duas Plenárias nacionais da tendência: uma delas dedicada ao tema Educação e outra dedicada ao tema Política Agrária e Agrícola. E no dia 29 de julho, sexta-feira, ocorrerá a abertura do Congresso Nacional da Articulação de Esquerda.

Os quatro eventos são abertos a todos os militantes que desejem participar. Evidentemente, para ter direito a voto nas plenárias e no Congresso, é preciso estar de acordo com as disposições regimentais que podem ser conferidas na www.pagina13.org.br ou em edições anteriores do Página 13.

No caso dos cursos, é necessário fazer uma inscrição, através de email dirigido para liciolobo@uol.com.br cc para edmawalker@gmail.com

Nos próximos dias, será divulgada a ficha de inscrição dos cursos, bem como a taxa e o endereço. Diferente das jornadas anteriores, desta vez o curso terá apenas 6 dias de duração, para facilitar a participação dos militantes que desejem participar também do Congresso da AE.

Uma outra novidade é que será estimulada a participação de ouvintes (ou seja, pessoas que não estão inscritas para fazer o curso inteiro, mas que assistiram a algumas aulas).

Segue a **programação** detalhada (sujeita a correções) dos quatro eventos:

23/7/2011 (sábado)
Manhã: Abertura e apresentações
Tarde: História da AE e suas resoluções estratégicas e programáticas
Noite: Palestra sobre comunicação e propaganda eleitoral

24/7/11: (domingo)
Manhã: História da luta pelo socialismo (período de 1848 a 1917)
Tarde: História da luta pelo socialismo, a Revolução Russa
Noite: História da luta pelo socialismo, a Revolução Chinesa

25/7/11: (segunda-feira)
Manhã: História da Luta pelo Socialismo, a Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina
Tarde: História da Luta pelo Socialismo, a Unidade Popular no Chile
Noite: História da Luta pelo Socialismo, o momento atual, neoliberalismo e imperialismo

26/7/11: (terça-feira)
Manhã: As mulheres e a luta pelo socialismo
Tarde: A juventude e a luta pelo socialismo
Noite: A questão agrária e a luta pelo socialismo

27/7/11: (quarta-feira)
Manhã: História do Brasil (1500 a 1930)
Tarde: História do Brasil (1930 a 1964)
Noite: História do Brasil (1964 a 1980)

28/7/11: (quinta-feira)
Manhã: História do PT (1980 a 2010)
Tarde: História do Governo Lula e Perspectivas
Noite: Mesa de abertura das plenária nacionais de Educação e de Política Agrária e Agrícola

29/7/11: (sexta-feira)
8h Início do credenciamento dos delegados ao Congresso e credenciamento dos delegados às plenárias
9h Plenárias
12h Almoço
14h Plenárias
18h00 Encerramento das plenárias
19h Ato político de abertura do 1° Congresso

30/7/11: (sábado)
9h Instalação do 1° Congresso, aprovação do Regimento Interno, eleição da Mesa Diretora, da Comissão de Emendas, da Comissão Eleitoral e da Comissão de Credenciamento
10h Apresentação, debate e votação, em plenária, das propostas de texto-base
12h Almoço
14h Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base
20h - Jantar e festa

31/7/11: (domingo)
9h Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base
12h Eleição da Direção Nacional e Comissão de Ética
14h Encerramento/almoço

EFEMÉRIDE

Ele não merece elogios!

Clayton de Souza/AE

A presidenta Dilma Roussef enviou uma carta para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Motivo: o aniversário de 80 anos do tucano-mor.

Na carta, Dilma diz que "há muitas características do senhor Fernando Henrique Cardoso a homenagear" e faz questão de "destacar o democrata. O espírito do jovem que lutou pelos seus ideais ... que foi essencial para a consolidação da democracia brasileira em seus oito anos de mandato".

A carta foi muito elogiada pela chamada grande imprensa, para quem o ato de Dilma contrasta com o "incivilizado" comportamento de Lula e do PT.

Infelizmente, *Página 13* não tem como competir com a campanha publicitária que a grande imprensa está promovendo, de recuperação da imagem de Fernando Henrique, imagem extremamente desgastada junto à população.

Mas não custa dizer: a carta de Dilma para FHC foi um equívoco. Os oito anos de FHC na presidência da República foram negativos para a soberania nacional, ampliaram a desigualdade social, implementaram a privataria das estatais, desarticularam a dimensão pública do Estado, destruíram a economia brasileira e agrediram a democracia, criminalizando os movimentos sociais e corrompendo parlamentares para aprovar a reeleição.

Assim, quando os inimigos cumprem anos, o máximo que podemos fazer para não estragar a festa é ficar em silêncio.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTB 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

A armadilha chamada PSD

Tiago Nogueira *

Os militantes da AE presentes ao Encontro Estadual votaram pela inclusão do PSD na lista de partidos que, junto com DEM, PSDB e PPS, devam estar fora de nossa política de alianças.

O ato foi comemorado com muita satisfação pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Afinal, uma decisão que deixa em aberto a possibilidade de alianças entre o PT e seu recente partido não deixa de ser uma grande vitória da direita.

Para os desavisados, trata-se da decisão do último encontro do PT no Estado de São Paulo, encontro esse realizado nos dias 17 e 18 de junho na cidade de Sumaré. Nele, uma resolução foi a voto em plenário e o resultado foi um empate de 236 votos para cada lado. Na prática, como houve empate, não foi aprovada a proposta que defendia incluir o PSD na lista de partidos que, junto com o DEM, PSDB e PPS, devem figurar como não passíveis de alianças nas próximas eleições, resolução que já vigora desde 2007.

Foi um debate acalorado, com a divisão de várias correntes, sendo mais clara a divisão da Construindo um Novo Brasil. Um setor desta tendência, atuante na capital de São Paulo, organizou o descontentamento dos militantes e levou ao plenário uma disputa que há tempos não era vista no PT de São Paulo.

Para os defensores da aliança com o PSD de Gilberto Kassab, trata-se de um debate pragmático, com base na nova realidade de quem governa o Brasil. Dizem que o nosso projeto nacional deva ser superior a todos os demais projetos. E uma vez que já temos alianças com o PMDB de Sarney e com o PP de Maluf no plano nacional, não seria mais essa aliança que faria que abríssemos mão de nosso programa e projeto estratégico.

Para os militantes que votaram e defenderam a inclusão do PSD na lista de partidos com os quais o PT não deva fazer alianças, trata-se de preservar nosso capital político, ter clareza em nossas ações e não confundir nossa base social. Trata-se de manter distância de um governo que tem compromisso com os setores mais conservadores da política, representado num sem número de militares aposentados que estão em cargos do alto escalão na prefeitura da cidade de São Paulo, da política higienista de ação contra a população empobrecida que vive nas ruas e nos cortiços, das mulheres cujos programas foram liquidados. E mais: confundiríamos nossa base que milita no movimento de moradia, no movimento que defende os direitos das crianças e adolescentes, entre outros, que fazem forte oposição a esse governo e ao PSD.

Como o resultado da votação foi um empate, o tema será submetido a um novo processo de debate no próximo semestre.

A Articulação de Esquerda defende que o PT não faça alianças com o PSD.

Os militantes da Articulação de Esquerda presentes ao Encontro Estadual votaram pela inclusão do PSD na lista de partidos que, junto com DEM, PSDB e PPS, devam estar fora de nossa política de alianças. Aliás, devemos o debate do próximo semestre, do Congresso partidário, para fazermos um balanço dos últimos anos da atual política de alianças, pois além dos partidos que excluímos, outros deveriam ser avaliados.

A situação do PSD é bem típica dos últimos tempos de nossa política: um partido que nasce com cerca de 30 deputados federais, já entra para a base de nosso Governo, mas que mantém no estado de São Paulo uma estreita relação com nosso principal adversário, o PSDB.

Está claro que o objetivo do PSD de Kassab é tornar-se uma terceira via, uma opção a mais para direita na disputa em 2014, de modo a encurralar o PT. O PSD irá usar as eleições de 2012 para neutralizar nossa crítica, aproximar-se de nossa base social e enfraquecer-nos em um dos principais estados do país. Estado onde a hegemonia tucana vem sendo enfraquecida ano após ano, como ficou demonstrado nas últimas eleições, onde por cerca de 70 mil votos não fomos ao segundo turno.

A obsessão pela governabilidade

Todo governo precisa de maioria para governar, e isso o governo da Presidenta Dilma tem. Aliás, temos uma maioria numérica superior ao dos últimos presidentes. Portanto, os votos do PSD seriam apenas mais alguns. Porém, maioria numérica não é garantia de apoio político, como ficou demonstrado na votação do Código Florestal, kit anti-homofobia e no debate sobre o aborto, onde os interesses econômicos e de grupos regionais e religiosos prevaleceram. Com o PSD não será diferente: é mais do mesmo, mais cargos para distribuir, mais fisiologismo, enfim nada que fará nosso projeto avançar e se consolidar.

O PT precisa de uma nova governabilidade. Ou nosso partido enfrenta novos desafios, como a reforma política, a aproximação da juventude, das mulheres, do combate ao racismo, do movimento LGBT, do reforço em nossa ação sindical para alavancarmos nossa base institucional ou iremos cada vez mais ficarmos presos às armadilhas que de tempos em tempos aparecem e que nada têm de relação com nosso projeto de transformação rumo ao socialismo. ★

Charge de Frank

***Tiago Nogueira** é vereador em Santo André

Superar os limites, retomar as ruas!

*Ademário Costa**

Paweł Kuczynski

O Estado brasileiro não tem capacidade infinita de financiamento dos programas sociais. Para libertar o país da servidão econômica será necessário subverter a estrutura perversa de concentração de renda, lucros e terras, além de combater a hegemonia ideológica burguesa.

Desde a vitória de Lula em 2002 que nós, do PT, somos responsáveis pela condução do governo central do Brasil. Inegavelmente, a nossa presença no governo é técnica e politicamente superior a todas as gestões anteriores. Conduzimos o Brasil à uma série de feitos inimagináveis, resgatando a auto-estima e a confiança do povo brasileiro em um futuro cada vez melhor para as atuais e próximas gerações.

Interrompemos o processo de privatização do núcleo estrutural da economia, elevamos a renda dos trabalhadores(as), aumentamos a massa salarial, fortalecemos o mercado interno, aumentamos o crescimento do PIB, rompemos com a dependência do FMI, aceleramos o processo de integração regional de forma solidária, acabamos com a ALCA, contribuímos para o fortalecimento da democracia no continente, retiramos milhões de pessoas da pobreza, diminuímos as desigualdades sociais, melhoramos a educação e a saúde, por fim, reelegemos o projeto pela terceira vez com e eleição da Presidenta Dilma.

Ainda poderíamos elencar uma série de grandes feitos das nossas gestões que são qualificados como fatos incríveis ou inesperados, justamente por nunca antes terem acontecido. O ineditismo impactante destas ações é uma característica marcante deste novo ciclo de desenvolvimento pós-neoliberal do capitalismo no Brasil. O fato deste processo ser conduzido por um partido de trabalhadores(as) também é uma surpresa histórica. Foi necessário que o PT, nascido das lutas de enfrentamento aos patrões, chegasse ao governo para estabilizar um processo de desenvolvimento com inclusão social em um regime democrático burguês.

Estamos cumprindo uma série de tarefas de organização do Estado, típicas das revoluções burguesas clássicas na Europa e na América do Norte. Para isso, optamos por construir um governo de colaboração de classes, onde o trabalho e o capital alcançam ganhos constantes, tais como: aumento do lucro, da massa salarial, do valor real dos salários e do nível de emprego.

Essa aparente sensação, de que todos ganham, só é possível porque a nossa presença no governo, combinado com o atraso secular do Estado brasileiro, possibilitou verdadeiros avanços comparativos para o conjunto da nossa sociedade. Está sendo possível melhorar significativamente as condições em que a classe trabalhadora reproduz a sua força de trabalho, sem destruir o núcleo estrutural da sociedade capitalista.

Os interesses entre burgueses e proletários são de natureza contraditória e conflituosa, sabemos que a atual conjuntura nos permite navegar pela trilha da chamada *concertação* (pacto, acordo de classes), mas não é possível continuar conciliando indefinidamente os interesses antagônicos das classes sociais. A burguesia brasileira tem como estratégia para o desenvolvimento do capitalismo a inserção subordinada na sociedade global. Para este setor, muitas das tarefas democráticas ou reformas burguesas, simplesmente não cabem no Brasil, pois comprometeriam o pacto das elites de dominação de classe.

As mudanças que estão acontecendo em nossa sociedade possibilitaram ao PT e ao conjunto da esquerda, vitorias eleitorais traduzidas em um acúmulo também inédito de força institucional, que paulatinamente tem desmontado a direita partidária que procura a sobrevivência através da transfiguração ideológica ou da adesão pura e simples aos nossos governos. Este adesismo reforça a opção estratégica da maioria do PT, de constituir uma frente ampla de sustentação ao programa da revolução democrática, envolvendo inclusive partido e setores econômicos da burguesia brasileira.

O Estado brasileiro não tem capacidade infinita de financiamento dos programas sociais. Para libertar o país da servidão econômica será necessário subverter a estrutura perversa de concentração de renda, lucros e terras, além de combater a hegemonia ideológica burguesa. Neste ponto residem os limites da atual aliança de classes, com característica de frente ampla que sustentam os nossos governos.

Por esse motivo, a maioria das tentativas de avanço institucional que incidam sobre a democratização da propriedade, dos lucros, da quebra dos monopólios privados, o combate as opressões especificas, tais como: racismo, machismo, sexismo, lesbofobia e homofobia, além da preservação do meio ambiente, do aumento real de salário, são sistematicamente derrotadas ou boicotadas, inclusive por setores e partidos que participam da base aliada do nosso governo.

Estes mesmos setores se beneficiam politicamente da utilização de parte do nosso programa e de nossos símbolos, para confundir o eleitorado e surfar na onda de melhorias, se adaptam para manter a sua força eleitoral ao mesmo tempo em que dificultam o avanço do nosso projeto.

A derrota na votação do código florestal, as reações ao kit anti-homofobia, e ao PLC 122, os assassinatos de ambientalistas e de

agricultores familiares, a repressão a movimentos sociais e a incapacidade de avançar na pauta das reformas estruturais são sintomas de que os limites do nosso governo já se tornaram amplos demais para os nossos "neoaliados", que com estas e outras demonstrações procuram encerrar, nos marcos da aceitabilidade, os avanços dos últimos anos.

Precisamos olhar para a história e aprender com outras experiências, particularmente na esquerda européia, em que partidos de trabalhadores(as) que chegaram ao poder pela via eleitoral aplicaram programas de melhorias sociais, baseados em uma política de coalizão, transformaram-se em gerentes das crises cíclicas do sistema e fizeram de sua passagem pelo poder um espaço de recuperação política da direita.

É importante observar, atentamente, os acontecimentos em Portugal e Espanha, países de rica tradição de luta socialista, em que a contestação da crise econômica feita pelo povo nas ruas não se traduziu em aumento da força eleitoral da esquerda, mas sim em desencanto com os métodos e práticas de governo que confundiram a sociedade e desmobilizaram eleitoralmente a base social da esquerda nessas localidades.

O Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano nacional de expansão da banda larga, o Programa Brasil sem miséria, as medidas complementares de controle inflacionário, apontam para uma opção de continuar avançando. Mas, ainda existe muito a ser feito para melhorar a vida do povo, mesmo nos marcos do capitalismo. Quanto mais nos propusermos a avançar, mais encontraremos dificuldades e, inevitavelmente, nos confrontaremos com um conjunto de interesses cristalizados, evidenciando diferenças e tensões inclusive entre e com os nossos neo-aliados.

É preciso exercitar constantemente a disputa política e ideológica, colocar na ordem do dia o programa democrático popular, estimular as lutas sociais de massa, disputar o PT e fortalecer as organizações da esquerda socialista.

Mesmo com a força institucional que o governo central nos confere, não podemos esquecer que a burguesia, representada organicamente pela direita e centro-direita, continua sendo maioria no Congresso Nacional, nas assembléias legislativas, nas câmaras de vereadores, entre os prefeitos e governadores, disputam os nossos governos, dirigem o poder judiciário, a mídia, conservam intacto o seu poderio econômico e representam a ideologia dominante na nossa sociedade. Temos o governo, mas este por si só não nos garante instrumentos de poder suficientes para aprofundar as mudanças em curso.

Atualmente, existe uma intensa agitação de importantes setores da classe trabalhadora que já sentem de forma mais intensa os limites da coalizão e se apresentam para a luta. Servidores federais e estaduais, estudantes, trabalhadores da iniciativa privada, anti-proibicionistas, feministas, gays e lésbicas e outros setores, começam a demonstrar em greves e mobilizações massivas a compreensão de que não podemos depositar unicamente na institucionalidade a responsabilidade por garantir os avanços sociais.

Precisamos consolidar como política de Estado uma série de conquistas alcançadas durante os nossos governos e impulsionar uma nova etapa de vitórias. Não existem mudanças sem lutas! Seremos nós, nas ruas e avenidas, praças e ocupações que daremos sustentação as conquistas existentes e avançaremos para aprofundar as mudanças através de um programa de reformas democráticas e populares. Programa este, que incida diretamente no núcleo estrutural da economia capitalista e acumule para o socialismo.

Os socialistas devem se submeter a um constante preparo para serem capazes de colaborar com a classe trabalhadora no seu processo de reencontro com as mobilizações sociais. São tarefas deste preparo: exercitar constantemente a disputa política e ideológica, colocar na ordem do dia o programa democrático popular, estimular as lutas sociais de massa, disputar o PT e fortalecer as organizações da esquerda socialista. ★

***Ademário Costa** é secretário de finanças do PT/BA

MULHERES

Sem mobilização, reforma não terá avanços

Se as mulheres não se mobilizarem, a reforma política não vai mudar uma vírgula. A afirmação foi feita pela ministra das Mulheres, Iriny Lopes, durante o I Seminário Internacional da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Federal, em Brasília (16/06).

Para a ministra, é preciso rediscutir a política de cotas que obriga os partidos a destinar 30% de suas candidaturas a mulheres, mas a maioria dos partidos não aplica essa determinação. Iriny Lopes ressaltou que a legislação tem de evoluir para a destinação de uma porcentagem das cadeiras a serem ocupadas. A eleição da presidenta Dilma Rousseff foi importante, mas somente 8,8% das cadeiras na Câmara são ocupadas por mulheres e existem apenas 400 prefeitas no Brasil.

A reforma política com igualdade de gênero e participação popular está relacionada com a construção da autonomia política e econômica das mulheres, com a erradicação das práticas de violência e intolerância e mais rigor na punição dos agressores, lembrou Iriny Lopes.

Iriny Lopes lembrou que está em tramitação na Câmara Federal o projeto de lei sobre equidade no mundo do trabalho (PL 5633). O projeto de lei, se aprovado, garante o acesso, permanência e ascensão das mulheres no mundo do trabalho em condições de igualdade.

A ministra lembrou que as mulheres devem se apropriar do momento econômico que o Brasil está vivendo e participar desse processo. Para tanto é importante a ampliação dos postos de trabalho para as mulheres, não somente naqueles que tradicionalmente são ocupados por mulheres.★

Sobre Tapajós e Carajás

*Pere Petit**

Em dezembro de 2011, realizar-se-á o plebiscito sobre a criação dos estados do Tapajós e Carajás. A convocatória foi aprovada pelo Congresso Nacional em maio (Carajás) e início de junho (Tapajós).

Ao Estado do Tapajós (capital Santarém) corresponderia uma área equivalente a 58% do atual território paraense, 27 municípios e uma população de 1,3 milhão de habitantes. Ao Estado de Carajás (capital Marabá), 25% do território, 39 municípios e cerca de 1,6 milhão habitantes. A maioria das pessoas, cerca de 4,6 milhões, continuaria no "Pará Remanescente" (capital Belém), distribuídos em 78 municípios e 17% do território paraense (atualmente 1.253.164,5 *km*2)

A disputa político-jurídica a respeito dos novos estados vai se acelerar nos próximos meses para definir quais serão os eleitores que participarão do plebiscito. Uns defendem que sejam apenas os eleitores dos municípios que passariam a formar parte dos estados do Tapajós e Carajás. Os contrários ao desmembramento opinam que os "interessados" são todos os eleitores paraenses. Essa batalha será dirimida pelo STF.

A criação de novos estados na Região Norte encontrará crescente oposição por parte das elites do Sudeste e de outros estados do país. Por exemplo, setores da "elite paulista" consideram que a criação desses dois novos estados fortalecerá o "poder de barganha" da Região Norte em Brasília ao somar mais seis senadores. Outros temem que Carajás e Tapajós incentivem a luta pela criação de novos estados no país. Outro argumento é o elevado custo que teria para a União a sua instalação.

A criação dos estados do Tapajós e Carajás é defendida pela imensa maioria da "classe política", grandes proprietários de terra, empresários e comerciantes do Oeste, Sul e Sudeste do Pará, às quais se opõem as elites políticas e econômicas da Região Metropolitana de Belém.

Os principais argumentos utilizados pelos "ideólogos do discurso separatista" baseiam-se nas vantagens sócio-econômicas e administrativas que os habitantes dos novos estados obteriam com as novas estruturas político-administrativas. Enfatizam-se as extraordinárias dificuldades que tem o governo paraense de dar conta, a partir de Belém, de seu imenso território e, sobretudo, a possibilidade de reverter para os novos estados (após ser modificada a Lei Kandir), os impostos arrecadados pelas atividades econômicas neles desenvolvidas, sobretudo dos grandes projetos mineiros, hidrelétricos e agropecuários.

A maioria das lideranças políticas e eleitores dos municípios que seriam incorporados aos novos estados são favoráveis à emancipação. Já os que permaneceriam no "Pará-Remanescente" são contrários. O mesmo ocorre com a maioria dos petistas do Pará.

Não existe entre os principais partidos paraenses uma orientação política unificada sobre a criação dos novos estados. A maioria das lideranças políticas e boa parte dos filiados e também eleitores dos municípios que seriam incorporados aos novos estados são favoráveis à emancipação. Já os que permaneceriam no "Pará-Remanescente" são contrários. O mesmo ocorre com a maioria dos petistas do Pará.

Os únicos partidos cujas direções estaduais se manifestaram contrárias ao desmembramento do Pará são PCdoB, PSOL e PSTU. Os três partidos têm as suas principais lideranças e bases políticas e eleitorais nos municípios situados na "Grande Belém". Mas o que unifica fundamentalmente os seus discursos, simplificando, é uma visão de "luta de classes" que não identifica as contradições existentes entre os diferentes setores das classes dominantes do Pará, tomando partido pelo interesses do "centro" (Belém) e pelas classes médias da capital.

A disputa pela criação dos novos estados evidencia os interesses divergentes que existem entre as elites locais-regionais e setores das classes sociais paraenses, disputam que se manifestam tanto nos âmbitos político, econômico, cultural e até religioso.

	TAPAJÓS	CARAJÁS
Localização:	oeste	sudeste
Número de municípios:	27	39
% de área do atual território do Pará:	58%	25%
População (em milhões):	1,7	1,4

No Congresso Estadual da AE no Pará (22 a 24 de julho) aprofundaremos a posição da nossa tendência a respeito da criação dos estados do Tapajós e Carajás. Para finalizar, algumas reflexões que poderiam ser incorporadas ao debate orientadas a favorecer os interesses dos trabalhadores, jovens e outros setores das classes populares na luta contra os interesses das classes dominantes de Belém, Marabá e Santarém.

*A criação das novas unidades político-administrativas (estados) no país teria que estar inserida nos debates sobre a Reforma Política no intuito de criar um "Novo Pacto Federativo Regional-Estadual".

*A disputa pela criação dos novos estados evidencia os interesses divergentes que existem entre as elites locais-regionais e setores das classes sociais paraenses, disputam que se manifestam tanto no âmbito político-eleitoral, econômico-comerciais e identitário-culturais e até religioso.

*A criação dos novos estados pode fortalecer a organização dos movimentos sociais e sindicatos e a luta pela implementação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável para a Amazônia.

*A esquerda petista e socialista não pode esquecer que a maioria das pessoas e lideranças dos movimentos sociais e sindicatos e os jovens que residem nos municípios que poderiam ser incorporadas aos estados de Carajás e Tapajós são favoráveis à criação dos novos estados. ★

***Pere Petit** é professor da Universidade Federal do Pará

Ataques contra a educação inclusiva

Isaias Dias e Solange Maria Ferreira***

Da mesma forma que todos temos clareza de por que defendermos o PNDH 3, também temos que defender a educação inclusiva, pois as duas políticas fazem parte de nosso projeto e nossos inimigos querem derrotar o nosso projeto de sociedade.

A política de educação, especificamente a de educação inclusiva, vem sofrendo duros ataques. Ataques em parte vindos de pessoas que não entendem qual é a proposta da inclusão, que não tem compreensão dos benefícios que ela produz para as crianças com deficiência e as crianças sem deficiência; e também vindos, por outra parte, de pessoas que têm seus interesses econômicos ameaçados, pois a partir dessa política de Estado o dinheiro público passou a ser investido nas escolas públicas e não mais no velho modelo segregador das instituições filantrópicas.

Muitos desses contrários são os mesmos que se mobilizaram contra o kit do MEC, que era uma proposta educativa, de combate à discriminação e contra a homofobia nas escolas; e são em parte os mesmos que votaram na proposta de reforma do código florestal.

No parlamento, a direita e até alguns companheiros equivocados de nosso campo e do Partido, travam uma batalha contra os avanços das políticas implementadas pelo MEC.

Nesse momento o nosso papel é de esclarecer os avanços que tivemos e os demonstrarmos com dados.

Em 2002 havia pouco mais de 110 mil crianças com deficiência matriculadas em escolas publicas. Já em 2010 chegamos a mais de 484 mil crianças. O número de escolas inclusivas subiu de 17.164 para 85.090. Foram implantadas mais de 24 mil salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), que têm a função de complementar a formação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No que toca ao financiamento da dupla matrícula desses estudantes no ensino regular e no AEE, o valor do repasse referente a esse aluno é feito em dobro. Antes, os investimentos públicos iam para escolas e segregadoras particulares, hoje vão para as escolas publicas inclusivas.

Essa política, fundamentada no reconhecimento das diferenças humanas, na aprendizagem baseada nas potencialidades dos estudantes, que garante o atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos, foi ratificada por ampla maioria pela Conferência Nacional da Educação CONAE/2010, ou seja, foi discutida nas conferências municipais e estaduais de educação, o que a legítima como política de Estado.

A não aplicação da política da educação inclusiva fere a Constituição, pois em 2008 foi ratificada pelo Brasil a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo com efeito de emenda

Constitucional, a qual em seu artigo 24º dá garantia de inclusão educacional em igualdade de condições nos espaços regulares de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, para pessoas com deficiência. Ou seja, nossa Constituição Federal garante que as pessoas com deficiência tenham acesso aos processos educacionais regulares, juntamente com as outras pessoas sem deficiências e em igualdade de condições.

É o primeiro tratado de direitos humanos ratificado pelo Brasil, precisamos que ele seja cumprido. A Secretaria de Direitos Humanos tem que tomar posicionamento em defesa da educação inclusiva, o que não esta acontecendo. Da mesma forma que todos temos clareza de por que defendermos o PNDH 3, também temos que defender a educação inclusiva, pois as duas políticas fazem parte de nosso projeto e nossos inimigos querem derrotar o nosso projeto de sociedade.

Para nosso Partido que nasceu da necessidade de fortalecimento das massas populares, da necessidade de **construção de uma sociedade justa e igualitária,** que participou ativamente em todos os momentos de construção e garantia de políticas públicas com qualidade, que atendessem as demandas históricas de nossa sociedade e que , após décadas de luta contra as injustiças impostas pelo poder das elites sobre as grandes maiorias de trabalhadores e segmentos excluídos, esse partido que chegou ao governo federal por meio de sua militância, é o mesmo que agora **não pode calar-se diante das tentativas de desarticulação das políticas educacionais inclusivas**.

Precisamos defender a Educação Inclusiva como posicionamento político, como proposta para governabilidade, como avanço cultural e ideológico, como agente transformador de nosso tempo e, sobretudo, pelo direito de igualdade de condições. ★

***Isaias Dias** é representante da CUT no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência-CONADE. ****Solange Maria Ferreira** é integrante do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Paraná

O SUS e o movimento dos trabalhadores

Ricardo Menezes*

O desmonte do Sistema Único de Saúde é o principal objetivo de uma aliança entre conservadorismos de diversos matizes, do conjunto da burguesia à subsumida indústria de equipamentos, produtos médicos e medicamentos, das empresas de planos e seguros de saúde privados a certos setores da categoria médica, dos meios de comunicação de massas à parcela das elites acadêmicas vinculadas ao mercado.

Tal aliança em favor do desmonte do SUS conta com forte presença na burocracia do Estado brasileiro – nas três esferas de poder –, forte presença nos governos municipais, estaduais e com presença, aqui e acolá, no governo federal, porém fora do âmbito do Ministério da Saúde.

Aqueles setores conservadores apostam na implantação de uma espécie de *sistema de saúde-sombra*, distinto daquele previsto na Constituição de 1988. Este sistema-sombra é hoje, paradoxalmente, agente de inclusão social e produtor de desigualdades cada vez maiores em benefício de cerca de 25% da população (que também se utilizam de diversos serviços do SUS, afora os relacionados à saúde pública que só o SUS presta), mas em desfavor de aproximados 75% da população brasileira.

Frente a esta situação, há várias posturas entre os defensores do Sistema Único de Saúde. Entre elas, há uma influente vertente, que adota um discurso e uma prática defensivista de apoio ao SUS.

Os adeptos de tal discurso não se dão conta de que, ou bem forças sociais e políticas potentes compreendem a importância de um Sistema de Saúde efetivamente universal para a manutenção *permanente* da promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde da população brasileira e adentram na arena política para lutar, ou o SUS lentamente soçobrará.

Aqui cabe realçar um aspecto, aparentemente óbvio para alguns, mas que não é percebido por muitos lutadores sociais: Sistema de Saúde universal não se erige e se mantém sem Estado. Ou seja, essa não é obra possível de ser lastreada e sustentada pela lógica e práticas de mercado.

E que forças sociais e políticas potentes são aquelas, que precisam sair em defesa do SUS? São elas:

a) o movimento dos trabalhadores brasileiros;

b) entidades sindicais, associações científicas e instituições públicas corporativas dos trabalhadores graduados nas 14 profissões da Saúde de nível superior, categoria estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde, aliadas às organizações dos trabalhadores de nível técnico ou médio específicas desse campo;

c) movimentos, associações e entidades cujos objetos de atuação demandam ações e programas de saúde para virem a ser exitosos, tais como: o de mulheres, os voltados para a consecução de direitos e os fóruns e ou entidades de pessoas com patologias específicas, e

d) partidos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), que devem coordenar e empreender arrojada luta de massas, junto à sua base social e na sociedade de modo global, pela plena efetivação do direito social à Saúde.

O PT é o agente coletivo com melhores condições políticas para sensibilizar e mobilizar dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, os quais se incorporaram estavelmente ao mercado de trabalho e ascenderam sob o ângulo do aumento da capacidade de consumo.

Isso, no entanto, somente tornar-se-á factível caso, militantes, dirigentes partidários e a intelectualidade comprometida com a transformação social, reflitam sobre a dinâmica social dessa parcela expressiva da população brasileira que apresenta, de maneira geral, duas características fundamentais: de um lado a incipiente organização sindical ou associativa, de outro a expectativa de elevar a qualidade de vida – e aqui emerge a demanda por ampliação e qualificação substancial das políticas públicas universais, principalmente as de saúde e educação.

Leo Pinho/Flickr

É tempo do movimento sindical sistematicamente conferir dupla ênfase aos seus combates: defesa da proteção social – Saúde, Previdência Social e Assistência Social – para os trabalhadores aposentados, desempregados e empregados, junto com a defesa de outros interesses dos trabalhadores na ativa que sufragam os seus dirigentes nos pleitos sindicais.

Adquire centralidade política inequívoca a luta sindical vigorosa pela reestruturação e ampliação no país de uma rede de serviços de saúde públicos – estável organizacionalmente, assentada em profissionais de saúde de carreira muito bem pagos e firmemente gerenciada.

O movimento dos trabalhadores brasileiros e a Saúde

Os membros *na ativa* da classe trabalhadora organizada constituem clientela cativa de planos e seguros de saúde privados desde o Regime Militar.

Urge acelerar a luta ideológica no seio do movimento dos trabalhadores visando discutir com dirigentes sindicais as diversas facetas do *controle social da mão-de-obra* embutidas e a cargo dos serviços ofertados por planos e seguros de saúde privados, tais como: controle do afastamento do trabalho por quaisquer razões, inclusive de licença por comprometimento da saúde, controle da “adequação” do indivíduo para o trabalho, “monitoramento e “discrição” em relação à ocorrência de enfermidades ensejadas por ambientes e processos laborais inadequados, por exemplo.

A necessidade do controle social da mão-de-obra pelos detentores do capital, a fim de explorá-la, explicam, *em parte*, a oposição das classes dominantes à prestação de assistência médica, odontológica e hospitalar, incluso no que toca à saúde ocupacional, pelo poder público à classe trabalhadora alocada na indústria, no grande comércio e nas empresas estatais.

Além do mais, dirigentes sindicais necessitam conhecer em detalhes os mecanismos e as facilidades que a legislação proporciona ao patronato para pagar e “ofertar” serviços aos seus empregados por meio de planos e seguros de saúde privados, ou seja, não é admissível dirigentes sindicais desatentos quanto à imensa renúncia fiscal praticada pela União ao propiciar o abatimento do pagamento dos serviços “ofertados” aos empregados *na ativa* do valor do imposto de renda devido pela empresa (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica).

Ressalve-se: é tempo do movimento sindical sistematicamente conferir dupla ênfase aos seus combates: defesa da proteção social – Saúde, Previdência Social e Assistência Social – para os trabalhadores aposentados, desempregados e empregados, junto com a defesa de outros interesses dos trabalhadores *na ativa* que sufragam os seus dirigentes nos pleitos sindicais.

Destaque-se que dirigentes sindicais, necessariamente, precisam ter clareza acerca de outro motivo importantíssimo explicativo da franca oposição das classes dominantes ao SUS: a resistência tenaz do patronato e de castas de endinheirados à instituição de um sistema tributário nacional progressivo, no qual pague mais imposto quem mais ganha e mais detenha patrimônio.

Adquire centralidade política inequívoca a luta sindical vigorosa pela reestruturação e ampliação no país de uma rede de serviços de saúde públicos – estável organizacionalmente, assentada em profissionais de saúde de carreira muito bem pagos e firmemente gerenciada –, que seja concebida para assistir aos trabalhadores formais e informais, às camadas médias e, inclusive, aos endinheirados que queiram ser assistidos diretamente pelo Estado.

É da reestruturação e ampliação de rede de serviços de saúde públicos com tais características que poderá advir *na prática*:

a) a concretização diuturna do direito social, previsto na CF, que garante o acesso das pessoas aos serviços de saúde, independente de classe social, condição socioeconômica, gênero, raça/cor, etnia, orientação sexual, entre outros atributos, e

b) o provimento de assistência à classe trabalhadora inserida no mercado formal de trabalho – sua parcela mais organizada e combativa – por meio de equipes profissionais que tenham como seu único objetivo preservar a higidez física e psíquica de trabalhadores e trabalhadoras, sem as peias impostas pela burocracia de planos e seguros de saúde privados contratados pelo patronato (e pagos pela União).

O movimento dos trabalhadores brasileiros, com ênfase para a CUT, deve se mirar no exemplo do movimento sindical da Europa, um dos defensores centrais dos Sistemas de Saúde socializados, portanto, universais, implantados particularmente em países europeus do início do século passado até a década de 1970, objetivando consolidar uma rede pública modelada pela *integração sanitária*, de prestação de serviços de saúde distribuída pelo território nacional e cujo acesso seja igualitário.

Na realidade, o movimento dos trabalhadores brasileiros pode se constituir em protagonista de relevo na continuidade e aprofundamento do projeto de desenvolvimento econômico, simultâneo ao social, em curso no Brasil, caso incorpore, dentre outras diretrizes de luta, a Saúde em duas dimensões:

a) Saúde como direito humano que deve ser garantido e usufruído no dia a dia por toda a população brasileira, e

b) Saúde, a partir do enfoque de Giovanni Berlinguer – professor da Universidade La Sapienza, localizada em Roma, Itália –, *como um fundamento no sentido de multiplicador de recursos humanos e, sobretudo, uma finalidade primária do crescimento econômico*, constituindo-se, portanto, dever do Estado o investimento em serviços de saúde públicos e a universalidade das curas e do controle de riscos à saúde das coletividades de pessoas.

Seguindo ainda a linha do pensamento de Berlinguer, impõe-se criticar dura e impiedosamente a montagem de um SUS para cuidar dos pobres, como ocorria com a intervenção do Estado na Europa no século XIX.

Além disso, diferentemente do caso europeu de dois séculos atrás, no Brasil atual o Sistema de Saúde nacional também “suplementa” a rede de assistência médica, odontológica e hospitalar vinculada às operadoras de planos e seguros de saúde privados, substituindo-a na oferta dos serviços de saúde complexos e de alto custo que as operadoras, por força de contratos, deveriam prestar aos seus afiliados.

É necessário, também, combater a idéia de que os serviços de saúde públicos e a universalidade das curas e do controle de riscos à saúde das coletividades de pessoas são um obstáculo para as finanças públicas e para o desenvolvimento da riqueza, assim como a idéia de que, no interior da nação, grupos sociais ricos e saudáveis podem gozar do máximo de saúde, isolados do sofrimento, das tragédias e dos problemas sanitários do *resto* da população. ★

* **Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do Partido dos Trabalhadores

Ana Lúcia Vieira: "Apenas uma parcela da direita sergipana foi derrotada"

O que tem de novo no segundo governo Deda é a consolidação de um novo bloco conservador, que atua por dentro da base aliada do governo, que define os rumos do governo à direita e possuem projeto explícito para comandar Sergipe.

Ana Lucia Vieira é professora, sindicalista e deputada estadual pelo PT em Sergipe

Nascida em Aracaju no ano de 1949, a deputada estadual pelo terceiro mandato Ana Lucia Vieira Menezes é professora há 37 anos. Formada em Pedagogia pela UFS, pós-graduada em Alfabetização (UNICAMP-SP) e em Administração e Planejamento de Sistema Educacional (Fundação Getúlio Vargas), ela ensinou no Instituto de Educação Ruy Barbosa, na UFS e na Escola Municipal Jovino Pinto, em Aracaju.

A professora que desde 1982 milita no Partido dos Trabalhadores, entrou na política através da luta sindical. Em 1992 foi presidente por duas vezes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Estado de Sergipe (Sintese), que na época tinha menos de 4 mil associados. Desde então participou ativamente na alavancada da entidade -- que hoje se consolidou como o mais importante e combativo sindicato do Estado, e congrega mais de 25 mil professores de Sergipe.

Além do Legislativo, Ana Lucia também atuou como secretária de Educação em Aracaju, vice-presidente da CUT/SE, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e secretária de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social.

Desde 2003 ela não aceita receber a aposentadoria como parlamentar. "Sou professora com muito orgulho. Ser deputada não é profissão". Além de oficialmente ter renunciado colaborar com a aposentadoria como deputada, Ana nunca aceitou receber um centavo das verbas das convocações extras e sempre determinou que a Assembléia repassasse o recurso para a conta de instituições sociais.

Nesta entrevista, ela mostra sua perspectiva sobre o momento político pelo qual o Estado de Sergipe passa, no segundo mandato do governador Marcelo Déda, que por duas vezes consecutivas também foi prefeito da capital sergipana, tendo deixado como herdeiro o atual prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB).

Você é uma deputada estadual cuja base são os movimentos sociais, com origem no movimento sindical dos professores. Como Você avalia esse terceiro mandato no Legislativo Estadual?

É um mandato que consolida uma forma de fazer política com participação popular, ouvindo a sociedade, repercutindo seus problemas e anseios na tribuna e no parlamento de uma maneira geral, através de projetos de lei, indicações, resoluções, moções. Este terceiro mandato ampliou bastante a nossa atuação parlamentar presente nas lutas sociais, seja do movimento popular ou do movimento sindical. Pela primeira vez estou presidindo a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, rompendo com uma tradição desses últimos 12 anos de que Comissão Parlamentar praticamente só era convocada para aprovar ou rejeitar projetos. Estamos implementando um trabalho que passa por audiências públicas, por debates, pelo diálogo com o Executivo diante das demandas da população.

Quando você assumiu a direção do SINTESE, havia menos de 4 mil professores associados, hoje em dia existem mais de 25 mil educadores filiados. Como o sindicato cresceu e se consolidou no período de hegemonia do neoliberalismo, justamente numa época em que as entidades sindicais reduziram de tamanho?

O crescimento do Sintese acontece pela concepção e pelo método de trabalho sindical. É um sindicato que investe na formação política de sua base, escuta os anseios da categoria e não foge da luta. Por essas razões foi ampliando seu quadro. Hoje dos 75 municípios sergipanos, o Sintese só não representa a base municipal de Aracaju, nossa capital. O grande mérito é articular a formação político sindical, os debates por local de trabalho, e as lutas a partir dos anseios e necessidades da categoria.

A partir da sua gestão o Sintese imprimiu um novo jeito de fazer sindicalismo em Sergipe. Quais foram as principais lutas e como foi esta nova práxis de organização sindical?

Reorganizamos o Sintese a partir de uma concepção de que o sindicato é um espaço político e pedagógico, portanto toda sua estrutura e organização deve se dar por local de trabalho, como instância consultiva e tendo as assembleias, plenárias e congressos como espaço de deliberação. Para a implementação das ações, partimos de uma visão de que a formação política sindical tem que se articular com uma concepção político-pedagógica para que assim os trabalhadores da educação possam reivindicar os seus direitos e disputar concepções de educação visando à construção de uma escola pública universal, inclusiva e de qualidade social.

Quais os principais desafios que estão colocados para a atual diretoria do SINTESE?

Analiso que o Sintese está, enquanto organização dos trabalhadores da educação, fortalecido pelas lutas que vem travando ao longo desses últimos 15 anos. O grande desafio hoje é a formação dos educadores diante da complexidade do trabalho no cotidiano escolar. Acredito que o Sintese precisa construir ações que apaixonem os educadores pelo ato de ensinar diante de todas adversidades que são oriundas de uma sociedade extremamente excludente. A escola é o espaço que potencializa mudanças no seio da sociedade. Mas para que isso venha acontecer, o professor precisa de instrumentos de trabalho que possibilitem a aprendizagem dos nossos estudantes, como também ter sua auto-estima, enquanto profissional e cidadão, altamente elevada. O professor precisa exercitar sua autonomia na construção do projeto político-pedagógico das unidades de ensino. Portanto reproduzir pacotes instrucionais é uma agressão ao papel que é atribuído ao educador enquanto intelectual que no espaço escolar produz conhecimento, re-significa conceitos e valores, sempre numa perspectiva de humanizar a sociedade.

Quais razões levaram os professores de Sergipe para a última greve e à ocupação da Assembleia Legislativa?

Sintese dialoga com os educadores numa linha de formação continuada, apresentando os dados sobre os direitos conquistados e a necessidade de consolidarmos estes direitos para podermos avançar com novas conquistas. A Rede Estadual de Ensino, através de lutas, tensões e diálogos entre o Governo e o Sintese, implantou o Piso Salarial com sua integralidade desde janeiro de 2010. A expectativa da categoria, principalmente após o reconhecimento do STF de que o Piso Salarial Profissional do Magistério é constitucional, portanto é lei, era de que o governo estadual atualizaria o Piso com base no decreto presidencial no valor de 15,86%. A direção do Sintese foi surpreendida com uma nova interpretação da lei por parte do poder Executivo Estadual. Primeiro a tese de que o percentual incide apenas para o professor com formação no ensino médio, modalidade normal (antigo professor primário) e não mais aceitava projetar na carreira este percentual. Segundo: as duas primeiras propostas colocavam este professor normalista no quadro suplementar em extinção. Isso faria com que perdêssemos o parâmetro conquistado após 23 anos de luta para a nossa carreira profissional. A partir dessa tensão, deflagrou-se a greve. O governo continuou as negociações e propôs manter o professor nível médio no quadro permanente, e que pagaria a atualização do Piso e o retroativo de janeiro a maio somente para estes professores em início de carreira. Para os demais que possuem nível superior e pós-graduação, que constituem a quase totalidade do magistério, o governo concederia 5,7% a partir de abril, 9,8% em setembro, e a diferença de janeiro a setembro seria paga a partir de janeiro de 2012. Esta proposta foi rejeitada pela categoria e aprovada pelos parlamentares. Dois problemas com esta proposta: a primeira é que ele mantém a tese de que o índice de atualização do piso incide apenas para o professor normalista em inicio de carreira. Segundo: o Plano de Carreira é único, a lei do Piso não prevê parcelamento e sim quando o ente federativo comprovar que não pode pagar o piso, cabe ao MEC o repasse de recurso para assegurar o Piso Profissional. Diante do impasse, a categoria ocupou durante três dias o prédio da Casa Legislativa na esperança de poder convencer os legisladores e o Poder Executivo da necessidade de mudar o projeto de lei. Após a votação e aprovação da proposta do Governo, os professores mantiveram a greve e o Poder Executivo entrou com uma ação de ilegalidade da greve e ilegitimidade do sindicato. Depois dessa ação, os educadores ainda resistiram por dois dias até retornar à sala de aula com um calendário de luta a ser implementado pelo Sintese.

Na perspectiva do movimento organizado dos trabalhadores em educação, já é possível fazer um balanço da greve dos professores da rede estadual de Sergipe?

A avaliação que faço desta greve que durou 22 dias é de um saldo de unidade dos professores. Houve um aprendizado muito grande dos novos militantes com os antigos militantes de luta, com o apoio e solidariedade da sociedade civil. Porém, a relação entre o Poder Executivo e o sindicato foi tensa, como também a do Sintese com os parlamentares da base governista, chegando ao extremo de 17 parlamentares, liderados pelo deputado Francisco Gualberto, líder do governo, formarem uma frente anti-Sintese porque ficaram ressentidos com o Ato do Fogaréu que o sindicato realizou em frente à Assembleia Legislativa. Isso porque os professores, aproveitando os festejos juninos, fizeram uma imensa fogueira e queimaram, simbolicamente, os votos dos parlamentares e do governador diante da aprovação do projeto. A partir destes fatos, e principalmente com a reação do deputado João Daniel -- que tentou justificar no Plenário que seu voto de apoio ao projeto do Governo era pela falta de diálogo comigo, enquanto liderança da bancada do PT --, entendi que estava na hora de entregar a liderança.

Partimos de uma visão de que a formação política sindical tem que se articular com uma concepção político-pedagógica para que assim os trabalhadores da educação possam reivindicar os seus direitos e disputar concepções visando à construção de uma escola pública universal, inclusiva e de qualidade social.

No primeiro governo do PT em Aracaju, você foi Secretária Municipal de Educação. Qual foi a marca da gestão numa perspectiva da construção de um projeto de esquerda para a educação?

Foi a construção de um processo de participação efetiva de todos os sujeitos que estão inseridos no processo/ na linha de frente de ensino e aprendizagem nas escolas municipais. As políticas públicas educacionais, no âmbito do município de Aracaju, passaram a ser para todos. Posso citar, entre outras, alguns exemplos fantásticos: a constituinte escolar; professores estudam sobre cinema e os alunos vão ao cinema; acesso para que os professores pudessem participar de eventos nacionais na área da educação; produção de um cd com músicas de hip hop feitas pelos estudantes; publicações de cadernos pedagógicos e de livros; contrato com um jornal local para a produção de um encarte especial mensal, com temáticas ligadas a realidade ou a cultura popular para incentivar a leitura, produção de textos e outros instrumentos pedagógicos simultaneamente em todas as escolas municipais; e um encontro pedagógico, no Parque da Sementeira, onde os alunos e os professores apresentavam o que produziram ou resignificavam em termos de conhecimento e cultura popular.

Quais as razões políticas que motivaram a decisão de que você deveria deixar a Secretaria de Educação do Município para atuar no Parlamento estadual?

Foi uma definição da Articulação de Esquerda, que decidiu que eu era o nome que unificava. Naquele momento nós tínhamos perdido também o vereador Francisco Gualberto, que tinha decidido deixar a corrente para disputar o Legislativo. O coletivo avaliou que esta representação era necessária e eu fui escolhida.

De uma maneira geral, como você avalia o movimento sindical em Sergipe?

O movimento sindical em Sergipe vem passando por uma fase de disputa das centrais para filiar, principalmente os sindicatos ligados à CUT. Observo que cresce a organização de categorias que não existiam ou nunca se organizaram para a luta, principalmente na área do setor público. No meu ponto de vista, a CUT, presidida pelo companheiro Rubens Marques (professor Dudu), começa a reacender as lutas no setor privado. A última greve durou mais de 30 dias, foi dos trabalhadores terceirizados da Oi. Precisamos investir mais na formação política de todos os segmentos da classe trabalhadora cutista.

No primeiro governo do PT em Aracaju, Ana Lúcia foi Secretária Municipal de Educação. Em sua gestão, "as políticas públicas educacionais na capital sergipana passaram a ser para todos"

Como você avalia o primeiro e o atual mandato do governador Marcelo Déda em Sergipe?

Certamente entre as principais marcas do primeiro mandato do Governador Marcelo Déda foi a construção do planejamento a partir das demandas dos territórios, além da promoção de obras estruturais como rodovias e moradias populares. As parcerias com o Governo Federal foram decisivas para a definição de grandes obras a exemplo da duplicação da BR 101 em toda a extensão do território sergipano e o processo de interiorização da Universidade Federal de Sergipe. Cabe ressaltar que algumas categorias de servidores públicos, a exemplo dos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, defensores públicos e os professores - com a implantação do Piso Salarial Profissional - tiveram conquistas salariais únicas na história de Sergipe, porém o Governo capitalizou muito pouco esses ganhos porque ocorreram depois de profundos desgastes, sempre acompanhados de muitos conflitos. O que tem de novo no segundo Governo é a consolidação de um novo bloco conservador, que atua por dentro da base aliada do governo, que define os rumos do governo à direita e possuem projeto explícito para comandar Sergipe. Esse grupo, organizado num bloco de minúsculos partidos possui maioria na Assembleia Legislativa, trabalha como "aliado" para colocar o Governo Déda na condição de refém político dessa nova conformação da direita sergipana.

Como você vê o trabalho do prefeito Edvaldo Nogueira à frente da Prefeitura de Aracaju?

A gestão do prefeito Edvaldo Nogueira não possui a marca dos governos democráticos e populares, apesar da sua filiação ao PCdoB, sendo que o mesmo não é visto pela população como um governante de esquerda, apenas como um aliado do Governador do PT. A atual administração de Aracaju enfrenta profundo desgaste político, sendo inclusive responsável pela derrota de Dilma e Déda em Aracaju, algo inédito numa cidade que tinha a tradição de votar em candidatos de esquerda desde 1946 quando majoritariamente votou para presidente em Iedo Fiuza, do PCB. A principal consequência política é o ressurgimento, com grande força em Aracaju, do ex-governador João Alves, do Democratas. Contraditoriamente não é um governo do ponto de vista gerencial ruim, o problema é que não consegue dialogar e convencer a maioria da população dos benefícios que a administração está proporcionando.

A direita em Sergipe está derrotada ou tem chance de voltar?

Apenas uma parcela da direita sergipana foi derrotada, a outra sobreviveu ao aliar-se ao PT ou ter migrado para partidos da chamada "base aliada do Governo Federal". Nas eleições de 2010 o então candidato a senador Eduardo Amorim obteve mais votos que o Governador Marcelo Déda, além do seu grupo ter elegido uma quantidade expressiva de deputados estaduais e federais. ★

Perenidade para as convicções e não para os cargos!

*Iran Barbosa**

Desde muito cedo assumi posições em relação à minha vida. Ainda muito jovem, tinha a convicção de que deveria primar pelos valores que sempre foram muito estimulados pela minha família: honestidade, partilha, solidariedade, responsabilidade, seriedade e compromisso com a dignidade da vida.

Também muito precocemente decidi ser um profissional da Educação, um educador. Nos bancos da universidade pública, no curso de História, tive meus contatos mais profundos com as análises marxistas de funcionamento da sociedade e me profissionalizei.

Transformei o Magistério na minha forma de vida e, mesmo tendo formação em outra área profissional, na área do Direito, nunca claudiquei dessa escolha, assumindo todos os bônus e todos os ônus de ser um professor no Brasil.

Em decorrência dessa opção consciente pelo Magistério, enveredei pela militância sindical, por entender que a luta por direitos, numa "democracia desigual" como a brasileira, é o caminho mais seguro para avançarmos em conquistas.

Dirigi o maior sindicato sergipano, o Sintese, e integrei a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE.

À frente da luta sindical, em Sergipe e no Brasil, ajudei a defender princípios importantes para a estruturação da carreira do Magistério. Dediquei uma parcela importante da minha vida para disputar essas concepções com governos neoliberais e consegui, junto com a luta da minha categoria, que Planos de Carreira e Remuneração fossem aprovados nas redes estadual e municipais sergipanas, avançando nesses conceitos.

A experiência no movimento sindical consolidou em, mim, duas convicções: a primeira, a de que a luta social é a maior e melhor produtora de lideranças e, a segunda, a de que a transformação social mais ampla exige nossa atuação em outras frentes de luta, para além do sindicato.

Com essa perspectiva ingressei na militância partidária para fortalecer as bandeiras de luta da educação e todas as demais pautas dos trabalhadores e de setores excluídos da dignidade que deve ser assegurada a todo ser humano.

É no Partido dos Trabalhadores que passo a disputar, de forma mais articulada, programas, projetos e eleições no âmbito da sociedade.

Ajudei a eleger vereador, prefeito, deputado, governador e até o primeiro presidente operário e a primeira mulher presidenta do Brasil. Mesmo antes de estar filiado ao PT, alinhei-me às bandeiras petistas e defendi a construção do partido como uma alternativa consequente de enfrentamento ao modelo conservador, coronelista, fisiológico e elitista de se fazer política em Sergipe e no nosso país.

Ajudei a derrubar propostas neoliberais de gestão educacional e administrativa. Fui eleito Vereador na capital do meu Estado e, depois, Deputado Federal, o único do PT de Sergipe na Legislatura passada.

Como Deputado Federal, tive a oportunidade de protagonizar a formulação da Lei que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público, tudo em coerência com o histórico que me conduziu ao parlamento federal.

Depois de vencer a batalha pela aprovação da Lei, fiz uma verdadeira peregrinação pelos gabinetes dos Ministros do STF para que eles referendassem os dispositivos legais que haviam sido contestados por alguns governadores, descomprometidos com a política de Piso Salarial para o Magistério.

A peregrinação também se estendeu por quase todos os municípios sergipanos, onde defendi a implantação da Lei do Piso junto à sociedade, nas Câmaras Municipais e junto à Administração desses mesmos municípios.

Participei de atos públicos, enfrentei "autoridades autoritárias", mediei negociações e o resultado final de tudo isso foi a confirmação da constitucionalidade da Lei do Piso e sua implantação para os educadores sergipanos. Vitória da nossa luta!

Com esta história e com o compromisso de fortalecer a política de Direitos Humanos no meu Estado, aceitei o convite do governador Marcelo Deda, PT, para ser o primeiro Secretário de Direitos Humanos e da Cidadania de Sergipe. A tarefa era qualificar o perfil do nosso governo na área onde mais tenho vivência: a área social.

Houve uma excelente repercussão da sociedade sergipana em relação à iniciativa de

Iran Barbosa

se criar uma secretaria de Estado com a tarefa de conduzir a política de Direitos Humanos em Sergipe.

Para minha satisfação, houve uma boa receptividade da sociedade em relação à escolha do meu nome para conduzir, por primeira vez, esta política.

As expectativas foram muitas! Os segmentos sociais mais diretamente beneficiados com o alcance das ações a serem implantadas pela Secretaria mostraram-se estimulados pelos avanços que estavam para ser introduzidos.

No meio de todo esse processo irrompe a luta pela revisão anual do valor do Piso Salarial do Magistério e acirram-se as contradições entre as posições do Governo do Estado e as defesas justas, legítimas e legais do Magistério sergipano, através do nosso sindicato, o Sintese.

O foco da disputa concentra-se na garantia da unicidade da carreira e do respeito a todo um conjunto de conquistas que ajudei a erigir, transformando em lei, quer seja como dirigente sindical, quer seja como parlamentar.

Mais uma vez fui chamado a ter posição, a assumir postura e a definir meu lado na luta!

Como sempre acreditei que só se justifica ocupar espaço na institucionalidade se for para fazer avançar as bandeiras coletivas que sempre defendi; como não podia trair a minha história de defesa dos princípios de carreira do Magistério e de garantia do Piso Salarial como forma de valorização profissional dos educadores e de avanços para a educação pública, decidi deixar a tarefa de secretário de Estado para evitar o aprofundamento do desconforto de integrar um governo que, neste momento, assume posições divergentes daquelas que acredito e defendo.

Foi meteórica a minha passagem pela Secretaria de Direitos Humanos em Sergipe porque são perenes as minhas convicções em relação à luta dos trabalhadores e à qualidade da educação que defendo. ★

---

*__Iran Barbosa__ é professor e militante da AE

INFORMES SINDICAIS

6 de Julho, Dia Nacional de Mobilização

A CUT, MST, CMP. MMM, FUP, entre outras entidades da CMS promoverão um Dia Nacional de Mobilização em defesa de direitos da classe trabalhadora. Educação, alimento e trabalho decente são os temas centrais dessa mobilização que reunirá os setores que defendem plataformas mais combativas, como a Convenção 87 e 151 da OIT e o fim do imposto sindical, ampliação dos direitos trabalhistas, fim da precarização do trabalho terceirizado, fim do fator previdenciário, Defesa da implementação do Piso Nacional da Educação e a destinação de 10% do PIB para este setor, defesa da reforma agrária a aprovação da PEC do trabalho escravo, limite de propriedade da terra, reforma política e tributária, entre outras. Em cada estado, durante o mês de junho, foram realizadas plenárias de preparação para o Dia Nacional de Mobilização.

100ª Conferência da OIT aprova nova Convenção

Entre os dias 1 e 17 de junho, em Genebra ocorreu a 100ª Conferência Anual da OIT. Entre variados temas de debate e deliberação, uma nova Convenção (nº 189) e Recomendação da OIT foram aprovadas, a que adota melhoria nas condições de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Como o Brasil é um dos estados membros da OIT, a sua ratificação é exigida. Além dessa importante pauta, a Conferência também analisou o relatório do governo brasileiro sobre a aplicação da Convenção 169, que trata dos povos originários. Em 2008 a CUT produziu um comentário sobre a má aplicação dessa Convenção no Brasil, denunciando inúmeros casos de desrespeito aos direitos das populações indígenas e quilombolas. Sob ameaça de o Brasil figurar na lista dos 25 países que não cumprem as Convenções da OIT, o governo federal assumiu compromisso com a CUT em resolver os problemas apontados numa reunião ainda em 2011. Expedito Solaney, Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT, estava na delegação cutista participando ativamente dos debates.

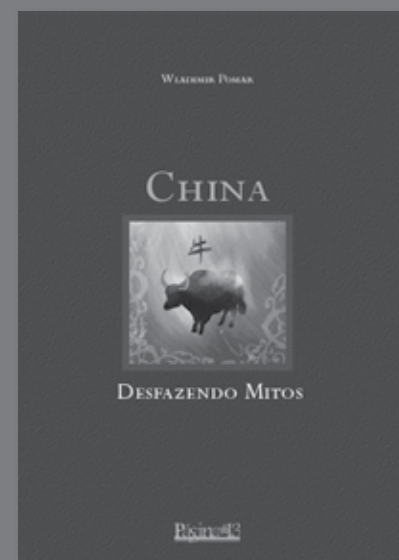
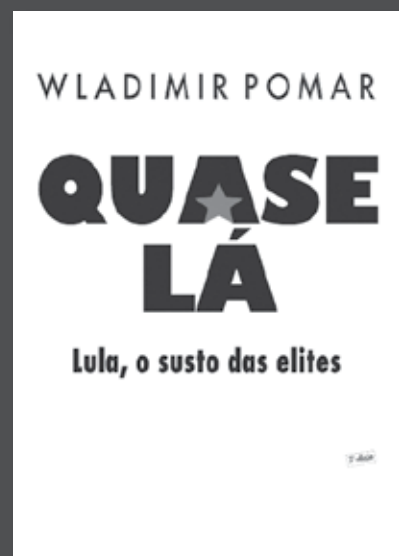
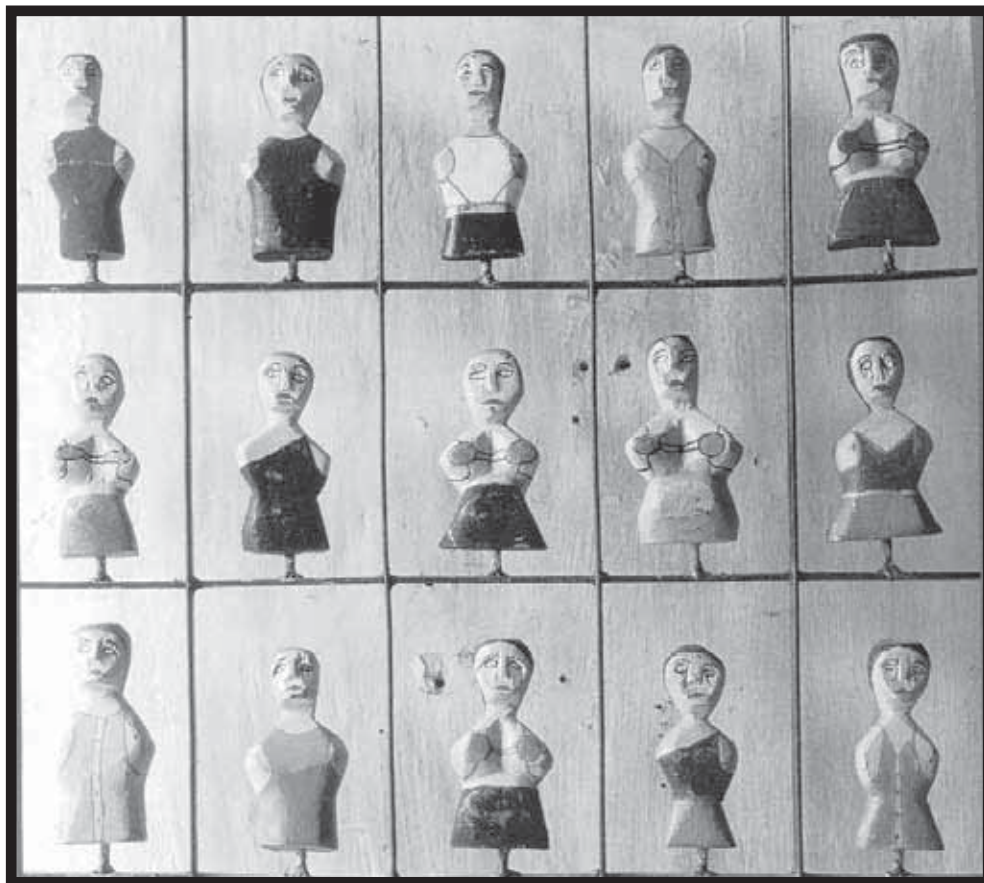
Em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as com deficiência

O Coletivo Nacional de Trabalhadores com Deficiência - CUT publicou a segunda edição da cartilha da Campanha Nacional em Defesa dos Direitos dos/ as Trabalhadores/as com Deficiência e continuará o lançamento da campanha nos estados que ainda não realizaram. No dia 7 de julho, em Brasília, das 9h00 às 12h00, em frente à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, o Coletivo Nacional realizara uma manifestação em defesa da educação inclusiva, tema de embate com os setores conservadores que ainda defendem um processo de segregação desse setor.

I Conferência Nacional do Trabalho Decente

A I Conferência Nacional do Trabalho Decente está programada para maio de 2012 e as Conferências Estaduais ocorrerão a partir de agosto. A CUT finalizará no início de julho as oficinas preparatórias com as regionais da CUT. Nessas atividades, realizadas em todas as regiões do país, as históricas pautas da CUT foram debatidas e cada regional saiu um com planejamento prévio para as mobilizações em seus estados. A ampliação de direitos e a liberdade e autonomia sindical foram questões centrais nas discussões.

13ª Plenária Nacional da CUT

A13ª Plenária Nacional da CUT, que se reunirá entre os dias 3 e 7 de outubro de 2011, instância intermediária entre os Congressos, debaterá o seguinte temário: a) Conjuntura: Nacional e Internacional; b) Estratégia; c) Projeto Político Organizativo; d) Estatuto; e) Recomposição da Direção Nacional; f) Plano de Lutas; g) Convocação do 11º Congresso Nacional da CUT. No dia 30 de junho, na reunião da Direção Nacional da CUT, o texto base da Plenária será aprovado.

OIT reconhece: não existem trabalhadores de segunda categoria

A ministra das Mulheres, Iriny Lopes, disse que a OIT, ao aprovar a Convenção sobre o Trabalho Doméstico, na sua 100º Conferência Internacional em Genebra (16/06), reconhece que não "não existem trabalhadores de segunda categoria e o trabalho deve ser digno e decente para todas". A Convenção estendeu à categoria das domésticas os mesmos direitos já conferidos a outros trabalhadores. A ministra, que esteve presente na convenção, disse ainda, que o Brasil deverá ser um dos primeiros países a ratificar a Convenção e sua Recomendação. Isso significa beneficiar mais de sete milhões de pessoas que hoje vivem do trabalho doméstico, sendo que 93% são mulheres e mais de 70% trabalham sem carteira assinada.

Iriny Lopes acrescentou que a OIT resgata uma divida história com a categoria das domésticas em todo o mundo. A partir de agora, afirmou a ministra, "o tratamento com igualdade de direitos está respaldado pela Convenção da OIT, que deve ser ratificada por todos os países membros, pois é norma internacional.

As novas normas aprovadas se converterão na Convenção nº 189 e Recomendação nº 201 adotadas pela OIT desde sua fundação, em 1919. A Convenção é um tratado internacional vinculante para que os Estados-Membros a ratifiquem, enquanto a Recomendação dá orientações mais detalhadas sobre como a Convenção pode ser implementada.

Os trabalhadores domésticos são mais de 53 milhões de pessoas, mas o total pode chegar a 100 milhões segundo estimativas de especialistas da OIT, pois o trabalho doméstico é feito de forma oculta e sem registros. Nos países em desenvolvimento, representa de 4% e 12% do trabalho assalariado. Cerca de 80% são mulheres e meninas, e muitos são migrantes.

A Convenção da OIT define trabalho doméstico como o trabalho realizado em ou para domicílio (s). Embora estes instrumentos abranjam todos os trabalhadores domésticos, há medidas especiais para proteger os trabalhadores que podem estar expostos a riscos adicionais devido à sua pouca idade, sua nacionalidade, entre outros.

Ministra fala na OIT sobre Igualdade no Trabalho: o desafio que continua

Em seu pronunciamento na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre discriminação: "Igualdade no Trabalho: o desafio que continua", em Genebra, (10/06), a ministra das Mulheres Iriny Lopes falou sobre os avanços do Brasil na erradicação da pobreza, das políticas para as mulheres e os desafios para a construção da igualdade no mundo do trabalho.

Iriny Lopes ressaltou que a OIT, tem sido essencial na promoção da equidade no mundo do trabalho e na promoção da igualdade de gênero. "Em um mundo globalizado e instável, sabemos que existe uma relação direta entre os efeitos das crises econômico-financeiras e as políticas de promoção da igualdade e da não-discriminação. Ao longo da recessão, as vulnerabilidades são exacerbadas e as capacidades institucionais de proteger as populações sujeitas à discriminação são testadas ao seu extremo" disse a ministra.

Na última crise, a principal resposta da OIT foi o Pacto Global pelo Emprego, que se tornou instrumento valioso e parâmetro importante para lançar as bases de um crescimento econômico justo, com eqüidade entre homens e mulheres, lembrou a ministra. Iriny Lopes afirmou ainda em seu pronunciamento que em poucos contextos a discriminação por gênero é tão visível como no mundo do trabalho. "Flagelos como a informalidade, a precariedade e a violência no ambiente de trabalho têm gênero - pois vitimam as mulheres -, têm cor de pele - pois vitimam as afrodescendentes - e têm origem étnica - pois vitimam mais as mulheres indígenas. A desigualdade salarial ainda persiste e o desrespeito a muitos direitos ainda ocorre".

Ao falar sobre as políticas para as mulheres que estão em andamento, a ministra destacou o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Criado em parceria com a OIT e ONU Mulheres, o programa desenvolve novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. "Sabemos que muitos passos ainda devem ser dados em nosso próprio País, e em muitos outros, disse Iriny Lopes e salientou: "precisamos de políticas que enfrentem de forma clara e decisiva as diferentes discriminações a que as mulheres e outras parcelas da população ainda estão submetidas", finalizou. ★

Bons ventos sopram do Sul

*Edson Pistori**

O Governo do Rio Grande do Sul iniciou uma consulta pública sobre a reformulação do Conselho Estadual de Juventude – CONJUVE/RS. A proposta, disponível no site www.conjuvers.wordpress.com, receberá sugestões até 30 de junho.

A grande inovação promovida pelo Governo Gaúcho está na escolha dos conselheiros pelos próprios jovens, que poderão eleger seus representantes votando nos candidatos pelo telefone celular (envio de SMS).

O processo é simples, de baixíssimo custo e bastante seguro. A tecnologia é colocada a serviço da democracia. Essa sistemática eleitoral possibilitará ganhos reais na escala de participação. Atualmente, as principais experiências eficazes de participação existentes no mundo são em escala pequena (número de participantes), e quando são massivas circunscrevem-se ao âmbito local e comunitário.

O raciocínio é lógico: mais participação gera maior representatividade e aumenta a base social que legitima o conselho. Desta forma, é possível ampliar também as responsabilidades e o poder decisório do conselho sobre as políticas do Estado que geram desenvolvimento na sociedade.

Os Conselhos de Juventude são espaços institucionais de interação entre os governos e os jovens em torno das políticas públicas. Esses conselhos não são o resultado de processos sociais de reivindicatórios, ou seja, os jovens não estão nas ruas clamando por um conselho. Ao contrário, eles surgem na contramão do que ocorreu em outras áreas como a Saúde ou a Política Urbana.

Portanto, os conselhos de juventude nascem de uma oferta do Estado à sociedade (no caso, os jovens). O Estado reconhece que a juventude não está bem atendida pelas políticas públicas (falta de acesso ou baixa qualidade dos serviços), que pouco consideram as especificidades da atual geração.

Vem daí a importância do Estado escutar a juventude e, por meio do diálogo com os jovens, redesenhar as políticas e programas para que tenham maior efetividade e impacto social.

O fato de boa parte dos processos de seleção das representantes da sociedade civil nos Conselhos de Juventude ser estabelecido pela indicação indireta, em que o Governo é o responsável pela elaboração dos critérios, torna a autonomia desses conselhos contingente e escuta dos jovens fica restrita.

A proposta do governo gaúcho —para reformular o Conjuve/RS permitindo que os próprios jovens escolham seus representantes— significa um avanço fantástico, pois equilibra as possibilidades de participação entre os jovens organizados e não organizados sem que haja uma prevalência ou monopólio .

Neste modelo tradicional, muitos Conselhos funcionam apenas pró-forma. Em geral, nada de realmente importante é deliberado pelos conselheiros da sociedade civil, colocando o colegiado apenas com instrumento legitimador das decisões do Poder Executivo.

Por isso, alguns teóricos vêm caracterizando o conceito de participação nas políticas públicas pela expressão inglesa buzzword, que representa uma palavra na moda, mas cujo significado original foi perdido e o uso corrente banalizado (retórica não aplicada na prática).

A escolha indireta dos conselheiros é uma das causas do enfraquecimento dos Conselhos. Via de regra, a escolha indireta coloca para dentro dos conselhos somente setores alinhados com o governo. Esta prática reduz a existência de conflitos e contestações, por que todas as forças que poderiam contestar a orientação ali predominante foram excluídas em momentos anteriores ao processo decisório.

Outro aspecto a ser considerado, está na tendência à elitização da participação, em que os mecanismos designados para seleção dos conselheiros acabam sempre hegemonizados por grupos de interesses organizados. Dessa maneira, os(as) jovens que não estão habituados(as) com as dinâmicas de participação acabam nunca tendo espaços para se expressarem ou somente podem se expressar quando vinculam a grupos organizados e institucionalizados.

Neste aspecto, a proposta do Rio Grande do Sul representa um avanço fantástico, pois equilibra as possibilidades de participação entre os jovens organizados e não organizados sem que haja uma prevalência ou monopólio. Não é correto "culpar" os organizados por se organizarem, pelo contrário, deve-se valorizá-los. Todavia sem obstruir a participação dos jovens que não estão institucionalmente vinculados a alguma representação de movimentos social.

A proposta de Conselho de Juventude do Governo Tarso Genro é um alento para as políticas participativas, pois possibilita repensar o formato dos conselhos, uma vez que a existência desses colegiados institucionais não conseguiu, até o momento, superar a distinção entre uma minoria de cidadãos politicamente ativos e a maioria passiva.

Agora com a reformulação do CONJUVE/RS, esperamos também uma inovação nas políticas de juventude para torná-las um dos eixos centrais do projeto de desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. ★

***Edson Pistori** é professor na Escola Nacional de Administração Pública. Foi Coordenador-executivo da I Conferência Nacional de Juventude realizada em 2008.

Avanços, retrocessos e alguns desafios!

Wagner Hosokawa*

"Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos (...) como os nossos pais...": Elis Regina traduz bem o sentimento dos que participam, vivenciam e atuam nas lutas da juventude.

A 2ª Conferência Municipal de Juventude tinha tudo para apontar os desafios da juventude guarulhense diante do desenvolvimento e da efetivação de direitos. Para as forças que compõem o Conselho Municipal da Juventude, fazer valer a sua representatividade foi fundamental na mobilização dos jovens da sua base. Para a Coordenadoria Municipal foi importante as mais de trinta conferências livres da juventude realizadas na cidade com os mais diversos grupos, organizações e jovens.

Resultado muito além do esperado: mil jovens mobilizaram-se num sábado todinho para debater, reclamar, propor e aprovar as deliberações que servirão de elementos para compor o Plano Municipal da Juventude (2011-2015) e as tarefas do novo conselho da juventude.

Mas nem tudo são flores. Durante a conferência tivemos alguns retrocessos em comparação a primeira que posso (tranquilamente e fraternalmente) apontar: 1) não foram privilegiados os Grupos de Debate das temáticas propostas pela segunda conferência, com problemas de estrutura, ausência de maior sensibilização dos temas, grande confusão sobre o que deveria ser debatido e o que poderia ser apresentado como proposta; 2) houve alguns tensionamentos, até físicos, que não expressavam diferença de idéias, rebaixando a própria conferência enquanto espaço de integração das juventudes; 3) a excessiva preocupação com a disputa pelas vagas de conselheiros (as), com a eleição para renovar as vagas tomando proporção muito superior aos objetivos da própria conferência; 4) a despolitização de alguns grupos que confundiam o debate das prioridades, necessidades e preocupações da juventude com seus interesses privados.

Teve um momento muito peculiar no grupo onde colaborei como facilitador do tema Plano Municipal, estadual e nacional da juventude (2011-2015). O grande número de participantes impediu um debate mais interessante sobre um tema tão importante. E alguns disseram que eu usava uma camiseta com a estampa do "Che Guevara", mas meu discurso era outro, pois como eu era da prefeitura, tanto eu, quanto o prefeito e nosso companheiro de partido Edmilson (vereador pelo PT), estaríamos usando a conferência para fazer "palanque eleitoral".

Bem, uso, usarei e sempre defenderei os ideais do Che! Não tenho vergonha da minha história, das lutas que travei e que da militância na juventude eu segui em frente para novos desafios e novas lutas. Ah, comprei minha camiseta na loja do PT (até indico), mas não frequento as lojinhas do shopping para comprar roupas de estilo. Eu, Almeida, e Edmilson começamos a militar num tempo onde nossos inimigos, inimigos dos trabalhadores, do PT e da cidade nos perseguiram armados, reprimiam nossas lutas e impediam o direito democrático de participação e decisão que garantimos hoje, em nosso governo!

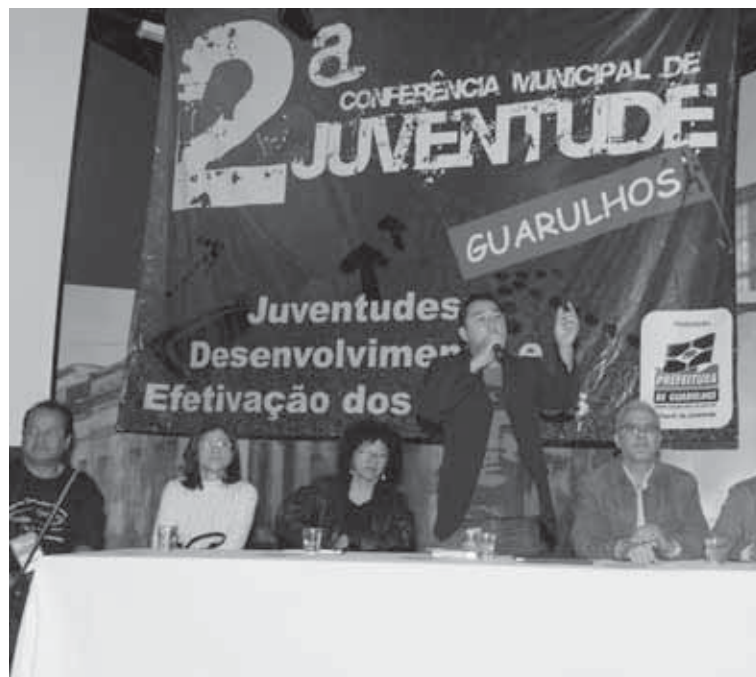
Isso me leva a entender que entre os desafios então a necessidade de repensar o modelo de conferência que temos, na sua forma de proporcionar a participação e a qualidade na conferência municipal, como por exemplo ampliar a participação por meio das pré-conferências preparatórias e legitimas em escolher os delegados (as), preparar uma equipe que assuma as mesas temáticas de forma especial, realizar devolutivas das deliberações da 2ª Conferência para conhecimento dos jovens da nossa cidade e superar a forma de escolha dos conselheiros enquanto ponto alto da própria.

Tornar mais público e mais claro o que é o papel do Conselho e da Coordenadoria da Juventude, para que não se jogue a criança, o balde e a água fora. A hora é de valorizar ambos espaços, pois são conquistas da juventude guarulhense. E trabalhar as diversas reivindicações da juventude a partir das possibilidades e limites, sempre lembrando que a ação do governo depende do grau de cobrança da própria sociedade: não basta gritar na conferência, tem que manter a luta de pé, firme.

Um bom exemplo foi o compromisso do prefeito Sebastião Almeida (PT) com o Pacto pela Bicicleta, mostrando a disposição dos militantes da causa da bicicleta enquanto meio de transporte que deve ser valorizado, respeitado e incluído como política pública de transporte e trânsito. Para além de ser um esporte e tornando-se um meio de transporte que alcança cada vez mais adeptos nas cidades e sua pressão social vem permitindo inclusive a sua inclusão nos planos de governo.

Para chegarmos na 3ª conferência municipal com resultados e amplo debate democrático, precisamos nos renovar, crescer e se empenhar, pois os jovens desta conferência já não poderão falar com tanta liberdade com o risco de serem "velhos" dando conselhos aos mais novos.

Devemos aprender com o nosso próprio exemplo, com o risco de vivermos como nossos pais... assim como cantou Elis Regina.★

* **Wagner Hosokawa** é Coordenador Municipal da Coordenadoria de Juventude em Guarulhos (SP)

Ir para as ruas, avançar nas mudanças e reconquistar a UNE!

Os povos latino-americanos vem garantindo melhores condições de vida, soberania e democracia. Os povos árabes não aceitam mais as ditaduras nem as intervenções imperialistas. A nova correlação de forças no cenário internacional garante mais voz para quem não é da velha panelinha. Mas a maré não está mansa. Os neoliberais seguem poderosos e o capital financeiro ditando regras. Da crise estrutural do capitalismo não surgiu uma crise de hegemonia da burguesia. Portanto, muita calma nessa hora: nem pessimismo imobilista, nem otimismo ilusionista.

É inegável que desde 2003, com Lula presidente, a melhoria das condições de vida do povo é significativa, as políticas sociais fazem efeito nos grandes bolsões de miséria e pobreza. Mas a moeda tem dois lados. Os grandes proprietários seguem tendo altíssimos lucros com o sistema financeiro desregulado, os juros em patamar elevado, recursos estatais e incentivos fiscais para indústrias. Afinal, o Governo Federal tem se estruturado numa composição política que se traduz em uma conciliação de classes na estrutura social brasileira.

Mas é preciso superar esta contradição! A classe trabalhadora deve aumentar seu poder de mobilização e mexer definitivamente na riqueza apropriada pela elite capitalista. O desafio da eleição de Dilma, como dissemos na campanha, é "aprofundar as mudanças no Brasil", o que só será possível fortalecendo o componente democrático e popular nas políticas do governo.

Não será uma tarefa fácil. Nossos inimigos estão preparados para enfrentar qualquer ação contra seus interesses. Impuseram o Código Florestal do agronegócio, avançaram contra as ações de combate à homofobia e conseguiram o corte de 50 bilhões no orçamento da União em nome da "austeridade fiscal".

Para inverter essa lógica, a UNE e os movimentos sociais precisam ampliar sua capacidade de ação direta, combatendo a nova onda conservadora e lutando por pautas unificadas, ajudando a empurrar com força a sociedade e o governo Dilma para a esquerda. A UNE tem papel importante nesta luta, o que exige organizar os estudantes brasileiros para sairmos vitoriosos da quadra histórica que atravessamos. **Nas ruas em defesa dos povos e contra os retrocessos!**

Educação tem que ser 10!
Tem que ser outra educação!

Acertadamente, a UNE vem conduzindo uma importante luta na disputa do Plano Nacional de Educação (PNE) por um investimento de 10% do PIB em educação. Amplos setores do movimento da educação estão mobilizados, forjando uma unidade fundamental para elevar o patamar de qualidade de todo o sistema educacional. A universidade que queremos não surgirá sem um aporte expressivo de verbas para efetivar uma mudança estrutural de padrão. Devemos todos estar na linha de frente nesta batalha.

Porém, apenas a ampliação de investimentos na educação não garante a construção de uma Universidade Democrática e Popular. A UNE precisa fazer um amplo esforço de organização dos estudantes para fazer a disputa política e ideológica dos rumos do ensino superior brasileiro e do PNE.

Trata-se de mudar a concepção de educação e formação profissional que hegemoniza nossas universidades. A maioria das instituições visa "preparar para o mercado", "qualificar a força de trabalho". Traduzindo: garantir uma melhor posição dos jovens na reprodução do padrão de exploração imposto pelo capitalismo. Assim, a educação atua na manutenção do *status quo* e na reprodução da ideologia dominante.

Cabe à UNE fazer um embate duro para revolucionar os conteúdos curriculares e conceitos educacionais tradicionais hoje impostos. Os 10% do PIB devem ser investidos em um modelo emancipatório e libertador da nossa educação. **Por uma revolução educacional no Brasil!**

Reforma política na UNE por um movimento estudantil democrático e de massas

Todos os desafios do próximo período impõem à nossa entidade uma radical adequação organizativa e estrutural que envolva mais gente na sua construção cotidiana, garanta mais democracia, transparência e, sobretudo, mais capacidade de ação. A UNE continua afastada do cotidiano dos estudantes, das lutas dos CAs e DAs , sem capacidade de diálogo com sua própria base social. Para a maioria dos estudantes, a UNE é uma ilustre

desconhecida que se apresenta somente quando realiza seus encontros!

Em tempos de rediscussão do sistema político brasileiro, propomos uma verdadeira reforma política na UNE: encerrar o ciclo ultrapassado de diretorias hierarquicamente constituídas, substituindo-as por coordenações de composição horizontal; formar núcleos de trabalhos temáticos permanentes, envolvendo mais pessoas na elaboração política da UNE, tornando-a mais representativa e participativa.

Precisamos ainda fazer funcionar efetivamente os conselhos editorial e fiscal da UNE; ter um portal na internet que divulgue em tempo real, de modo transparente, toda a movimentação financeira da entidade; construir instrumentos de comunicação de massas com os estudantes de cada universidade; fortalecer a articulação com os CAs, DAs, DCEs, executivas e federações de curso.

Precisamos ainda repensar nossos fóruns, para que eles possam ganhar em qualidade das discussões. Propomos a criação de um grupo de trabalho para repensar toda a estrutura destes fóruns: a UNE só será a voz dos estudantes se cada um e cada uma puder falar na UNE! O próximo Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) já deve ser desmembrado da nossa importante Bienal de Arte e Cultura da UNE. As experiências de Salvador e do Rio de Janeiro demonstraram que não acumula fazer as duas atividades em conjunto.

Este CONUNE precisa mudar radicalmente as nossas estruturas e deixar a nossa entidade com toda a legitimidade necessária para representar, organizar e conduzir o movimento estudantil brasileiro. **Por uma UNE democrática e participativa!**

Para conhecer nossa tese, acesse:
www.reconquistaraune.com.br

Ocupar o CONUNE!

Guilherme Guimarães*

Ocupar o CONUNE porque é preciso garantir que haja democracia e respeito aos/às estudantes participantes e às forças políticas presentes no principal e maior foro do movimento estudantil brasileiro.

No início do ano, durante o 13º Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), em que nós da JAE/Reconquistar a UNE nos destacamos por uma bancada de todas as regiões do Brasil e pela intervenção nos fóruns, realizamos um Seminário debatendo e delimitando nossa política no movimento estudantil, bem como traçando horizontes e tarefas para 2011.

Começamos aí nossa organização para o 52º CONUNE que se aproxima, e voltamos para os estados com a tarefa de debater política, organizar estudantes, disputar delegad@s nas universidades e construir uma boa bancada para o fórum nacional.

Parte da tarefa foi cumprida. Além dos estados em que já estávamos organizados, conseguimos ampliar nossa atuação em 21 Estados, garantindo a participação de todas as regiões. Além disso, nesse caminho rodamos as universidades, criamos referência, debatemos política e estamos mais preparados para entender e formular sobre os problemas das universidades brasileiras, apontando as lutas que o ME deve travar neste período.

Podemos afirmar que somos estudantes de universidades públicas federais e estaduais, de escolas técnicas, universidades particulares e do ensino à distância. Também nos organizamos em diferentes espaços: UEE'S, DCE's, CA's e DA's, Executivas de Curso, nas organizações feministas, LGBT's, movimento negro, de cultura. Esta tarefa foi cumprida!

Agora, chegou a hora de cumprir a outra tarefa: ocupar o CONUNE!

Ocupar o CONUNE porque é preciso garantir que haja democracia e respeito aos/às estudantes participantes e às forças políticas presentes no principal e maior foro do movimento estudantil brasileiro; porque é preciso garantir que a UNE tenha debates e propostas mais ousadas para o novo período que se inicia, concomitantes com a fundamental luta pela aprovação das emendas mais avançadas do Plano Nacional de Educação, por exemplo, os 10% do PIB para educação; porque é preciso garantir a eleição da nova diretoria, e, sobretudo, garantir que haja renovação não só nos nomes, mas da política e atitude para que a UNE saia do castelo e esteja nas salas de aula, ruas e ocupações junto aos/às estudantes; porque é importante para nós irmos com a vontade de disputar os rumos da educação brasileira, e voltarmos pra casa com a convicção de que precisamos também disputar a sociedade e se inserir na luta socialista.

A nossa tarefa não é fácil, mas é necessária. Precisamos fazer com que a UNE volte pras mãos dos/das estudantes, que seja mais propositiva e combativa do que reativa e imobilista, e que entenda o momento político e inicie uma nova agenda dos movimentos sociais e da esquerda brasileira: a luta massiva, para que tenhamos avanços nas posições do Governo Federal, na democracia do Estado Brasileiro e que exponha os limites da estrutura capitalista na educação, dando norte na construção de universidades democráticas e populares, das disputas das reformas estruturais, além de potencializar a luta pelo socialismo.

Para isso, nossa atuação é imprescindível. Sabemos que a luta é a única forma de garantirmos as mudanças maiores de que nos propomos, sendo nesse caso, a proposta de construção de uma UNE democrática, revolucionária e de massas. Por isso, nós da JAE/Reconquistar a UNE mobilizaremos e centraremos todas as nossas forças para a próxima luta dada: a ocupação do 52º CONUNE, nos dias 13 a 17 de julho, em Goiânia. Lá estaremos para entoar com muita força: "Reconquistar, Reconquistar, a UNE é pra lutar!" Nos vemos na luta, nos vemos em Goiânia! ★

***Guilherme Guimarães** é candidato a Presidente da UNE pela tese Reconquistar a UNE

Sem medo e sem birra

*Guilherme Guimarães **Marina Figueiredo ***Bruno Dias Val

"A toda hora rola uma história, que é preciso estar atento. A todo instante rola um movimento que muda o rumo dos ventos." Os versos de Paulinho da Viola explicam um pouco do que aconteceu nos dias 24 a 27 de junho, durante o 42º Congresso da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, na cidade de Divinópolis.

Nós da Reconquistar a UNE e da JAE-MG estávamos lá apresentando a tese "Reconquistar a UEE-MG". Em 2009 retomamos a construção da entidade a partir da participação no 41º CONUEE-MG em Viçosa. Nesse ano, conseguimos ter uma boa intervenção no fórum, pautamos e formamos uma chapa de Oposição junto a outras forças do PT (com exceção da DS) e garantimos a participação na Executiva da UEE-MG.

De lá pra cá, o cenário mudou para melhor. Além de retornarmos à direção do DCE da UFV, consolidamos em Viçosa uma organização nas particulares da região. A nossa inserção no movimento estudantil de Minas também foi ampliada com a participação no DCE da UFLA (Federal de Lavras) e estando a frente do DCE da PUC-MG de Betim. Além disso, hoje temos uma galera animada organizando a chapa-única pro DCE da UFVJM (Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri).

Das forças que participavam da nossa última chapa, somente a tese "A UNE é pra lutar" (OT) optou pelo caminho da oposição. A tese Mudança (MAIS) consolidou sua aliança com a UJS, enquanto a CNB não participou do CONUEE. Neste cenário fomos a única força de oposição e única força do PT que aumentou a bancada.

Nossa avaliação crítica à atuação da UEE-MG no período 2009/2011 reforçava a convicção de que a direção majoritária da entidade continuava numa política equivocada, recuada e imobilista. Não nos cabia assim, nenhuma possibilidade de converter-nos, como fizeram outros, em bancada de situação que avalia positivamente a direção majoritária. Nosso caminho, portanto, era a oposição sem medo e sem birra. Uma oposição à política, em sua forma e conteúdo. Conversamos, então, com todas as forças que também mantinha este posicionamento, e o que nos pareceu mais claro é: existindo a possibilidade de vencermos a direção majoritária, unificaríamos a oposição.

Nesse tom chegamos em Divinópolis. Contudo, quando adentramos o campus da UFSJ (extensão da Federal de São João Del Rey) os ventos já haviam mudado de rumo. Até o início do Congresso, tínhamos no horizonte a possibilidade de construirmos uma chapa com toda a oposição (PCR, PDT, Trabalho, PSOL e PCB), com a única tática comum de ganhar da UJS e aliados, já que o credenciamento demonstrava a possibilidade de derrotar a direção majoritária da entidade. Contudo, com o início do credenciamento, este cenário se modificou. A UJS demonstrou pouca quebra, embora seus aliados muita. Também foi grande a redução das maiores forças de oposição (PCR e PDT).

Com isso, a possibilidade da oposição ganhar o congresso não existia e foi crescente a fragmentação desse campo: formaram-se blocos entre setores do PSOL e PCB, nós e o PDT, e o PCR e o Trabalho. Como em clima de Congresso Estudantil, havia momentos em que todos os cenários eram possíveis e, ao mesmo tempo, impossíveis.

Dado este quadro, a possibilidade de retomarmos a entidade para a luta já não existia. A oposição tinha a possibilidade de assumir a vice-presidência da entidade, no entanto não conseguia se acertar. Nós e o PDT tínhamos um diálogo mais próximo, e nos adiantamos para que o cenário ainda apontasse para uma unificação. Às vésperas da Plenária Final foi importantíssima nossa atuação, com destaque à liderança do companheiro Tássio. Conseguimos o já havia sido dado como certo, mas durante o Congresso parecia ser impossível. Tivemos uma convergência de forças políticas que representam uma oposição à política majoritária, colocando as contradições do governo Dilma e reafirmando a necessidade de irmos à luta pra conquistarmos avanços. Formava-se a chapa da "Oposição Unificada", composta por nós, pela tese "Rebele-se" – PCR, "Reinventar" – PDT e "A UNE é para lutar" – OT.

O resultado foi: crescemos enquanto bancada e aumentamos nossa participação na entidade, fomos a força que contribuiu diretamente para a unificação desse pólo de oposição e não modificamos em nada a política construída com a nossa base. Assumiremos durante todo o ano de 2012 a vice-presidência da entidade com a companheira Marina Figueiredo, baiana estudante de Direito na UFV. Uma mulher com todo o significado de força e luta que a sua participação na Marcha Mundial das Mulheres pode trazer.

Esta vitória não é deslocada do Brasil, em que estão pipocando notícias boas. Isso nos faz pressentir que estamos num "movimento que muda os rumos dos ventos" e dessa, vez, a nosso favor. ★

***Guilherme Guimarães** é candidato à Presidência da UNE pela Reconquistar a UNE.

****Marina Figueiredo** é Coordenadora Geral do DCE-UFV e Vice-Presidenta eleita da UEE-MG pela Reconquistar a UNE.

*****Bruno Dias Val** é Diretor de Políticas Educacionais da UEE-MG na gestão 2009/2011 pela Reconquistar a UNE.